



Projeto que pune compra de votos vai a votação hoje

Pela proposta, será cassado o candidato que trocar votos por bens materiais

Será votado hoje, no plenário do Senado, o projeto de lei de iniciativa popular que tem como objetivo evitar a corrupção eleitoral. Já aprovado pela Câmara, o projeto pune com multa e até com a cassação do registro ou do diploma o candidato que trocar votos por dinheiro ou por outros bens materiais.

A proposta, que chegou ao Congresso com a assinatura de mais de um milhão de pessoas, foi aprovada ontem por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Segundo o relator, senador Lúcio Alcântara, embora tenha algumas imperfeições, o texto poderá contribuir para coibir a influência do poder econômico nas eleições. Durante a discussão da matéria na comissão, vários parlamentares elogiaram a oportunidade do projeto, cujos efeitos, segundo o senador Francelino Pereira, serão "devastadores".

O projeto foi aprovado na sessão de ontem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

PÁGINA 3

CPI DOS BANCOS RETOMA INVESTIGAÇÃO DO PROER

A CPI do Sistema Financeiro vai retomar as investigações sobre o programa federal de socorro aos bancos, o Proer. Dois inspetores do Banco Central (BC) poderão ser convocados pelos senadores para depoimento. A comissão também deverá ouvir Pedro Moreira Sales, diretor do Unibanco, que absorveu o Banco Nacional depois de o BC ter investido nele R\$ 5,8 bilhões.

PÁGINA 5

Mário Covas diz na CAE que São Paulo pode elevar sua dívida

Em depoimento prestado à Comissão de Assuntos Econômicas (CAE), o governador paulista Mário Covas procurou demonstrar aos senadores que o estado tem condi-

ções de elevar a sua dívida. Somente o senador Osmar Dias questionou o pedido de São Paulo para contratar novos empréstimos junto ao Banco Mundial.

PÁGINA 5



Após ouvir as explicações de Covas, o presidente da CAE, Ney Suassuna (à direita), disse que pedirá ao Banco Central parecer sobre os pedidos de empréstimo do governo de São Paulo

COMBATE À POBREZA

CAS aprova cesta básica para famílias carentes

Foi aprovado ontem, na Comissão de Assuntos Sociais, substitutivo ao projeto de lei que institui o programa Proalimentar.

PÁGINA 6

CCJ acata proposta que exige metas contra a miséria

A Comissão de Constituição e Justiça acolheu projeto de lei que prevê a fixação de metas para erradicar a miséria.

PÁGINA 7

Professores da USP e da Unicamp falam à comissão mista de combate à pobreza

Paul Singer e Rodolfo Hoffmann apresentarão hoje ao colegiado, que deve concluir seus trabalhos até 10 de novembro, sugestões para a redução das desigualdades sociais

Parlamentares apreciam três acordos sobre Mercosul

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul discutirá hoje, às 10 horas, o relatório do deputado Luiz Mainardi (PT-RS) sobre o texto do Protocolo de Ushuaia, que trata do compromisso democrático no Mercosul, Bolívia e Chile, assinado em 1998, durante a XIV Reunião do Conselho do Mercado Comum. Também será discutido pela comissão relatório do senador Pedro Piva (PSDB-SP) sobre o protocolo adicional

ao Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio sobre Facilitação de Atividades Empresariais, celebrado entre o Brasil e o Uruguai, em Montevidéu, em 1997.

O terceiro item a ser apreciado é o relatório do deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS) a respeito do Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do Mercosul, concluído em Buenos Aires, em 1998.

Subcomissão do Cinema define roteiro de audiências

O roteiro de audiências públicas da Subcomissão do Cinema Brasileiro para o segundo semestre será traçado em reunião marcada para hoje, às 9h. Consta da pauta também a exposição do senador Francelino Pereira (PFL-MG), relator da subcomissão, sobre sua participa-

ção na abertura do Festival de Cinema do Rio.

A subcomissão, instituída pela Comissão de Educação, tem o objetivo de apresentar propostas para o fomento da atividade cinematográfica brasileira e é presidida pelo senador José Fogaça (PMDB-RS).



Antonio Carlos recebeu Alcides Tápias e o senador José Roberto Arruda

ACM recebe visita do ministro Alcides Tápias

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem em audiência o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alcides Tápias. O ministro definiu o encontro como uma visita de cortesia, a primeira que fez ao senador des-

de que assumiu o cargo.

— Vimos visitar o senador Antonio Carlos Magalhães, depois vamos também aos presidentes da Câmara e do Supremo. É um contato pessoal para dizer que aqui estou, pronto para trabalhar pelo país — afirmou Tápias.

Os professores Rodolfo Hoffmann e Paul Singer, pesquisadores da Unicamp e da Universidade de São Paulo (USP), farão exposições hoje, às 14h, na Comissão Mista para o Combate à Pobreza. A comissão, que foi instituída por proposta da senadora Marina Silva (PT-AC), tem por objetivo estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e apresentar soluções para o problema. Para isso, vem realizando audiências públicas e ouvindo pessoas envolvidas com a questão. O prazo final dos trabalhos

está previsto para 10 de novembro.

Na terça-feira, estiveram na comissão Ana Peliano e Sônia Rocha, técnicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). De acordo com Ana Peliano, recursos da União, da ordem de R\$ 3,3 bilhões, podem combater a pobreza, caso haja uma gestão eficiente. Para Sônia Rocha, os planos de estabilização da economia proporcionaram ao país maior desenvolvimento, mas mantiveram altos os índices de desigualdade social.



Acompanhado do senador Bernardo Cabral, Amazonino disse a Antonio Carlos que o país não precisa mais dos incentivos previstos pela proposta

Amazonino pede apoio à luta contra projeto que prorroga Lei de Informática

O governador do Amazonas, Amazonino Mendes, procurou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, na manhã de ontem, para pedir apoio ao movimento contra a proposta de prorrogação da Lei de Informática, em discussão na Câmara dos Deputados. Acompanhado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), o governador argumentou que o país já não precisa desses incentivos e que essa renúncia fiscal equivale aos recursos que o governo pretende arrecadar com a contribuição previdenciária de inativos e pensionistas.

Amazonino lembrou que, como parlamentar, apoiou a aprovação da atual Lei de Informática, oito anos atrás. Prorrogá-la hoje, entretanto, equivaleria a transformar “praticamente todo o país em uma imensa zona franca, prejudicando a Zona Franca de Manaus sem qualquer necessidade ou vantagem”, ponderou. O governador anunciou que pretende expor sua posição para a própria executiva do partido e pediu o apoio de Antonio Carlos para mobilizar o PFL contra a proposta de prorrogação desses incentivos.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
▶ 11h - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado
▶ 11:30h - Preside sessão deliberativa do Congresso Nacional

PLENÁRIO

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PR nº 94/99, que autoriza o governo do estado do Rio de Janeiro a refinanciar 95% da dívida vincenda, elevando temporariamente seus limites, nos termos da Resolução nº 78/98, para tanto emitindo Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (LFTRE); *PLC nº 10/98, que dispõe sobre gratuidade de transporte para os idosos; *PEC nº 65/99, que altera a redação do parágrafo 3º do artigo 58 da Constituição federal para acrescentar poderes às comissões parlamentares de inquérito; *Projeto de Resolução nº 79/99, que concede autorização global aos estados para contratar operação de crédito junto ao governo federal, destinada a compensar perdas de receita decorrentes da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério; e *PLC nº 45/99, que estabelece medidas visando combater a corrupção eleitoral.
▶ 11h30 - Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Pauta: Decisão sobre recursos do Líder Hugo Napoleão sobre a relatoria do Plano Plurianual (PPA). *Plenário da Câmara*

COMISSÕES

▶ 9h - Subcomissão do Cinema Brasileiro
Pauta: Roteiro de audiências públicas para o 2º semestre de 1999 e da participação do senador Francelino Pereira na abertura do Festival de Cinema do Rio (Fest Rio 99). *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*
▶ 9h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: *PL nº 11, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério dos Transportes e do Ministério do Meio Ambiente, crédito especial no valor global de R\$ 187,5 milhões; *PL nº 12/99, que abre ao Orçamento de Investimento, em favor da empresa Companhia Docas do Rio de Janeiro, crédito especial até o limite de R\$ 1,1 milhão; *Requerimento do deputado Sérgio Miranda, solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeção extraordinária para verificar o cumprimento dos artigos 74 e 75 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, quanto à integral adequação no uso dos recursos da CPMF; PL nº 14/99-CN, que abre aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário, crédito suplementar no valor global de R\$ 4,2 milhões; *PL nº 16/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor de R\$ 36,9 milhões; e *Relatório referente à construção do novo edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho. *Plenário nº 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*
▶ 10h - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
Pauta: *PDL nº 20/98, que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio sobre Facilitação de Atividades Empresariais, celebrado entre os governos do Brasil e do Uruguai; *Mensagem nº 621/99, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do Mercosul; e *Mensagem nº 547/99, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile. *Plenário 6 - Anexo II da Câmara dos Deputados*
▶ 14h - Comissão Mista para Erradicar a Pobreza
Pauta: Exposição dos professores Rodolfo Hoffmann e Paul Singer, pesquisadores da Unicamp e USP. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Decisão sobre PPA será anunciada hoje "com ou sem acordo", afirmou o senador Antonio Carlos Magalhães



Relatoria do PPA vai ser resolvida durante a sessão do Congresso

O plenário do Congresso reúne-se a partir das 11h30 de hoje para que seja resolvida a questão da relatoria do Plano Plurianual de Investimentos (PPA). Ontem, durante sessão do Congresso que terminou às 22h, o senador Hugo Napoleão (PI), líder do PFL no Senado, apresentou requerimento pedindo ao presidente Antonio Carlos Magalhães que desconsiderasse o ato do presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que indicou o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) para a relatoria do PPA.

Napoleão sustentou que o Regimento do Congresso não permite que o relator do PPA seja do mesmo partido e da mesma Casa a que pertencer o presidente da Comissão de Orçamento. Napoleão solicitou ao presidente Antonio Carlos que decidisse a questão imediatamente.

O senador Jader Barbalho contestou o líder do PFL, ponderando que qual-

quer recurso deveria ser encaminhado à Comissão de Orçamento. Para ele, todas as decisões de presidentes de comissões passariam a ficar sujeitas a "supressão" pelo presidente do Congresso se Antonio Carlos Magalhães aceitasse o requerimento de Hugo Napoleão.

Ante apelo do líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), Antonio Carlos Magalhães, que havia concedido 90 minutos para que as lideranças partidárias chegassem a um acordo, convocou nova reunião do Congresso para hoje, quando o assunto será decidido, "com ou sem acordo dos partidos".

Ainda ontem, o Congresso votou em bloco 28 vetos que o presidente da República fez em projetos de lei e ainda aprovou um crédito suplementar de R\$ 269 milhões para o Ministério da Saúde aplicar na compra e distribuição de medicamentos, inclusive contra Aids. A votação dos vetos será apurada pelo Prodasen nas próximas horas.

CMO discute liberação de crédito para meio ambiente

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), apreciará hoje, às 9h, projeto que permite liberação de crédito especial em favor do Ministério do Meio Ambiente no valor de R\$ 187,5 milhões.

A pauta a ser discutida pela co-

missão também inclui requerimento do deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA) convidando o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, para prestar esclarecimentos sobre as receitas que financiam o Projeto de Lei Orçamentária para 2000 e o Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003.

Suplicy se solidariza com Requião contra revista

Observando que nem todos os senadores estavam no plenário segunda-feira, quando o senador Roberto Requião (PMDB-PR) refutou matéria que a revista *Vez* publicou a seu respeito, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) recomendou ontem a leitura do pronunciamento feito pelo parlamentar paranaense. Na reportagem, a revista acusa a esposa de Requião de ter ne-

gociado irregularmente com dólares.

Segundo Suplicy, Requião explicou satisfatoriamente os fatos e desvendou inteiramente o episódio, "colocando em termos claros a forma com que ele e sua senhora agiram". O senador paulista prestou sua solidariedade a Requião contra o que foi publicado pela revista.

Plenário vota projeto que combate corrupção eleitoral

Proposta já aprovada pela Câmara determina a cassação sumária do candidato que captar votos por meio de troca de bens materiais

O plenário do Senado vota hoje o projeto de lei de iniciativa popular que combate a corrupção eleitoral. Após a aprovação de requerimento de urgência apresentado pelos líderes partidários, na sessão de ontem, o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, indagou em plenário se aceitavam colocar a matéria na pauta da Ordem do Dia de hoje. Todos concordaram.

A proposta pune com multa e até cassação do registro ou do diploma o candidato que "comprar votos". Caso seja aprovada em plenário, a matéria vai a sanção presidencial. O presidente da República terá que sancioná-la até o próximo dia 30, para que entre em vigor já nas eleições municipais do ano que vem.

Parecer do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) favorável ao projeto foi aprovado por unanimidade ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Essa é a primeira proposta de iniciativa popular aprovada por uma comissão do Senado, que contou com a assinatura de mais de um milhão de pessoas. O movimento foi coordenado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e por diversas entidades da sociedade civil organizada, com o objetivo de moralizar os pleitos eleitorais ao dificultar a prática da chamada "compra de votos".

O projeto, já aprovado pela Câmara, determina a cassação sumária do candidato que infringir o Código Eleitoral ao captar votos por meio de troca de bens materiais. O candidato também estará sujeito a multa de 1 mil a 50 mil Ufirs, o que corresponde hoje entre R\$ 977,00 a R\$ 48.800,00, ao ser flagrado "comprando votos".

Para Lúcio Alcântara, a comissão viveu um "momento histórico" ao aprovar o primeiro projeto de iniciativa popular. Ele disse que, apesar de ter algumas imperfeições, o projeto representa um caminho no sentido de coibir os abusos econômicos praticados nas campanhas eleitorais.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) comunga com o pensamento de Alcântara e, embora reconheça as preocupações da CNBB com o abuso do poder econômico nas campanhas eleitorais, entende que o projeto é imperfeito e não vai coibir, por exemplo, o financiamento de candidatos por empreiteiros. Por isso, voltou a defender proposta de sua autoria que limita os gastos em campanhas eleitorais somente ao uso de recursos públicos.

Por sua vez, o senador Roberto Requião (PMDB-PR), apesar de votar a favor, criticou a redação do projeto e disse tratar-se de uma proposta populista. Para ele, a proposição é gené-

rica, não define com regras claras e precisas os crimes praticados pelos candidatos e abre espaço para que juízes eleitorais tomem decisões que podem ser errôneas, prejudicando candidatos.

Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Edison Lobão (PFL-MA) consideraram o projeto oportuno, ressaltando que dará maior transparência às eleições além de combater os abusos financeiros, enquanto Romero Jucá (PSDB-RR) alertou para a necessidade de os tribunais eleitorais se aparelharem para poder combater os abusos.

"É um projeto devastador que vai atingir muitos candidatos acostumados a comprarem votos", disse o senador Francelino Pereira

(PFL-MG), após a aprovação da matéria. Já o senador Iris Rezende (PMDB-GO) entende que o projeto não é a solução para o combate ao abuso do poder econômico nas eleições. "Como serão coibidos os denominados 'apoios' de grupos econômicos ou entidades de classe? E como combater aquele pessoal contratado para fazer boca-de-urna?", indagou, observando que o projeto não trata dessas situações.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) entende que caberia à Câmara dos Deputados uma melhor análise do projeto para que fossem evitadas falhas classificadas por ele de "gritantes".

Diversos senadores apontaram erros na redação do texto enviado pela CNBB e aprovado pela Câmara



Primeira proposta de iniciativa popular aprovada por uma comissão do Senado recebeu a assinatura de mais de um milhão de pessoas

Refinanciamento de dívida do RJ na pauta de hoje

Aprovado na última terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o refinanciamento da parcela da dívida mobiliária do Rio de Janeiro que vence no segundo semestre deste ano, no valor de R\$ 128,6 milhões, é um dos projetos a serem votados hoje pelo plenário do Senado. A matéria tem parecer favorável do senador Wellington Roberto (PMDB-PB).

Além do projeto de iniciativa popular que visa combater a corrupção eleitoral, o plenário analisa projeto de lei da Câmara que estende o direito de transporte coletivo gratuito para idosos a municípios limítrofes que pertençam a uma mesma região metropolitana. Essa proposta conta com parecer favorável do senador Le-

omar Quintanilha (PPB-TO).

Também consta da pauta do plenário do Senado hoje o projeto de resolução que concede, em caráter excepcional, autorização global aos estados para contratar operação de crédito junto ao governo federal para compensar perdas de receita decorrentes da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Na mesma sessão tem início a discussão em primeiro turno da proposta de emenda constitucional que dá mais poderes às comissões parlamentares de inquérito (CPIs), de autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM), com substitutivo do senador Amir Lando (PMDB-RO).

Cândido cobra apuração da morte de enfermeiros

Ao denunciar o assassinato ocorrido na última segunda-feira, no Rio de Janeiro, do casal de enfermeiros e militantes sindicais Edma Rodrigues Valadão e Marcos Otávio Valadão, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) cobrou uma rápida apuração do crime por parte da polícia do estado e do Ministério da Justiça, para que o fato não caia no esquecimento. Edma e Marcos foram executados com tiros à queimadura quando estavam parados em um sinal de trânsito.

Segundo informou Geraldo Cândido, Edma tinha sido recentemente eleita presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro, enquanto Marcos Valadão presidia a Associação Brasileira de Enfermagem. O senador completou que ambos lutavam por uma saúde pública digna, e tinham denunciado e exigido a apuração de fraudes e irregularidades nos conselhos Regional e Federal de Enfermagem. "Esse crime hediondo foi claramente encomendado e não pode ficar impune", afirmou.

Geraldo Cândido lembrou que ao longo dos anos vários fatos foram denunciados contra os dois conselhos de enfermagem. Ele disse que o Conselho Federal de Enfermagem consta na lista de "mortes



Geraldo Cândido: "Esse crime hediondo não pode ficar impune"

envolvendo a área de saúde" da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, que investiga a morte do enfermeiro Guaraci Novaes, assassinado em agosto de 1997 com dez tiros nas costas a 150 metros de sua casa. A morte ainda não foi esclarecida.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse que toda a sociedade deve se preocupar com o crescimento da violência no país. Ele recordou o choque provocado na população, nas últimas semanas, pela morte de várias pessoas, entre elas o ex-secretário da Polícia Militar do Rio de Janeiro Carlos Magno Nazareth Cerqueira, de um bispo e um prefeito em Goiás e do juiz Leopoldino Marques do Amaral, em Mato Grosso.

Presidindo a sessão, o 2º vice-presidente do Senado Federal, senador Ademir Andrade (PSB-PA), solidarizou-se com o pronunciamento de Geraldo Cândido e pediu que o presidente Fernando Henrique Cardoso determine ao ministro da Justiça, José Carlos Dias, a rápida apuração do crime cometido contra o casal de enfermeiros.

Valadares alerta para riscos de transposição do São Francisco

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) alertou ontem para as possíveis consequências da transposição das águas do rio São Francisco. "A vontade de resolver o problema da seca no Nordeste não pode nos fazer esquecer da exigência expressa na Constituição da realização de um estudo prévio de impacto ambiental, antes da instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente", disse.

Antes de implementar esse projeto, afirma Valadares, é imperativa uma ação vigorosa de recuperação do São Francisco, tendo em vista a intensa degradação ambiental hoje evidente desde sua nascente até a foz. A pesca irregular, a construção indevida de barragens, o desmatamento das matas ciliares, a poluição por efluentes líquidos e sólidos e o assoreamento estão comprometendo a saúde do rio, denunciou.

O senador lembrou o questionamento da ação civil pública, de iniciativa do Ministério Público federal, feita há cinco anos, ressaltando que a situação permanece a mesma. "Não foi tornado público qualquer estudo de impacto ambiental, e ques-



Valadares denunciou a progressiva destruição do rio

tões de relevância sobre consequências do projeto como a diminuição do potencial energético apontado pela Chesf não foram equacionadas."

Diante de tantas críticas, disse o senador, o governo tem procurado reformular o projeto, diminuindo a vazão a ser transportada de 280 m³/s para um número entre 50 e 100 m³/s. "Mas não é o caso de entendermos a discussão sobre

a conveniência do projeto como uma barganha em que se oferecem metros cúbicos de água para lá e para cá", acrescentou.

Valadares lembrou exemplos de transposição de cursos de água bem sucedidas, como a do rio Colorado, nos Estados Unidos, mas acrescentou que "também vem de lá o exemplo do rio Kissimmee, cujos prejuízos humanos e ambientais superaram os benefícios e hoje se estuda sua volta ao leito natural". Para ele, é fundamental a realização de estudos sérios e profundos, "feitos sem demagogia, que possam apontar a melhor forma de atender à população e garantir a preservação do São Francisco".

PPA acentua desigualdades regionais, afirma Bezerra

Senador diz que Plano Plurianual destina 54% dos investimentos para o Sudeste e apenas 9,7% para a região Centro-Oeste

A distribuição de recursos prevista no Programa Plurianual de Investimentos (PPA) reforça as desigualdades regionais, disse ontem o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), ao defender a união das bancadas parlamentares do Centro-Oeste e do Norte em defesa de interesses comuns. Ele destacou o potencial de desenvolvimento de Mato Grosso afirmando que o estado



Carlos Bezerra destacou o grande potencial agrícola de Mato Grosso

podia, sozinho, garantir as 80 milhões de toneladas de grãos que são hoje produzidas pelo Brasil.

Bezerra lamenta que o PPA destine 54% dos recursos para a região Sudeste, ficando o Nordeste com 24%, o Norte com 13% e o Centro-Oeste com apenas 9,7%.

Para o senador, dois problemas seculares atrapalham o desenvolvimento brasileiro: a desigualdade

entre as regiões e a centralização administrativa e orçamentária. O governo federal, lembrou, fica com 60% dos impostos arrecadados.

Embora considere "irrisórios" os recursos destinados ao Centro-Oeste, ele reconhece que obras da maior importância para a região — como a rodovia Cuiabá-Santarém, a hidrovía Araguaia-Tocantins e a Ferronorte — estão sendo contempladas na proposta. Bezerra ressaltou que essas obras foram reivindicadas no Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste, cuja elaboração ele coordenou há quatro anos.

Em aparte, Roberto Requião (PMDB-PR) observou que, em visita à China, constatou que aquele país produzia, há alguns anos, 540 milhões de toneladas de grãos em uma área que corresponde a apenas uma vez e meia à que é utilizada

pelo Brasil para produzir 80 milhões de toneladas.

Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) ressaltou que a maior competitividade da soja norte-americana decorre de um sistema de transporte mais barato. Segundo o senador, com a construção de hidrovias no Centro-Oeste e no Norte do Brasil, a soja nacional poderá ser vendida a melhor preço que a norte-americana.

Conforme Alberto Silva (PMDB-PI), a produção brasileira pode chegar em curto prazo a 120 milhões de toneladas de grãos. O senador propôs que um grupo de senadores com experiência em governos estaduais, como ele próprio, elabore estudo para aumentar a produção e o apresente ao presidente da República.

Marina Silva (PT-AC) defendeu amplo debate sobre a peça orçamentária e se manifestou desapontada com a informação de que os recursos previstos para os nove estados da Amazônia correspondem à metade dos que se destinam ao Distrito Federal.

Ademir denuncia miséria no arquipélago do Marajó

A situação de penúria e miséria em que vivem os habitantes do arquipélago do Marajó foi denunciada ontem pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), ao analisar os valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), apurado por técnicos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). Segundo ele, os 17 municípios marajoaras estão entre os mais carentes do planeta.

— A maioria dos municípios está situada abaixo da linha de pobreza. Muito abaixo, inclusive, da média do estado do Pará, que, numa escala de 0 a 1, atingiu, em 1991, o IDH de 0,657, enquanto a média nacional se situava

em 0,781 — revelou.

Ademir disse que 90% dos 320 mil habitantes do arquipélago encontram-se em situação de pobreza ou miséria absoluta. Das 4.492 cidades pesquisadas, o município de Melgaço ficou situado como quinto pior em qualidade de vida no Brasil. Com base nesses dados, conforme Ademir, os bispos da Prelazia do Marajó e da Diocese de Ponta de Pedras pronunciaram-se publicamente sobre a situação econômica e social da região.

— É um documento para ser divulgado por todos os nossos rincões. Não pode ser ignorado por nenhuma pessoa que tenha o Marajó no coração e na mente. Não pode ser desconhecido por nenhu-



Ademir: documento "cala fundo na alma de qualquer pessoa"

ma autoridade local, regional ou nacional, nem, muito menos, ser ignorado pelos homens públicos aos quais cabe a iniciativa da ação política e das medidas governamentais. O que vai

nele escrito cala fundo na alma de qualquer pessoa de boa vontade — afirmou. Ademir relatou que enviou cópia da nota dos bispos à comissão que estuda medidas para erradicar a pobreza, e apresentou requerimento para que a ilha de Marajó seja incluída no roteiro de diligências que integrantes da comissão farão nos próximos dias.

Marina propõe seminário contra as queimadas

Em nome do Bloco Oposição, a senadora Marina Silva (PT-AC) propôs a realização de um seminário, com o objetivo de se elaborar um plano de ação para evitar as queimadas no próximo ano. Ela salientou que a sua proposta se originou de discussões na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados e na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, e coincide com a regulamentação da Lei de Crimes Ambientais.

Para Marina, o principal ponto da regulamentação da lei é o aumento das multas para crimes ambientais, que pode chegar a R\$ 50 milhões. Ela disse que as

penalidades são importantes, mas observou que os avanços legislativos do Brasil na área ambiental só acontecem em momentos de conturbação, como por ocasião das queimadas.

Marina Silva defendeu um trabalho preventivo para a proteção do meio ambiente, citando o trabalho que se faz no Acre, onde as fotos de satélite vêm registrando poucos focos de queimadas, graças ao controle da Se-



Marina lamentou os vetos de FHC à Lei de Crimes Ambientais

cretaria de Meio Ambiente do estado. A líder do Bloco Oposição registrou que foram realizados encontros para apresentar propostas de utilização dos recursos naturais da Amazônia.

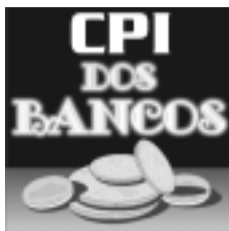
Destacando que existe unanimidade em torno da Lei de Crimes Ambientais, a senadora lamentou os vetos presidenciais ao projeto, que, segundo ela, representaram um prejuízo em relação aos avanços aprovados no Congresso.

CPI volta a investigar gasto de R\$ 20 bilhões no Proer

A CPI do Sistema Financeiro decidiu continuar as investigações sobre o Proer, interrompidas em agosto por falta de tempo. A CPI foi prorrogada até 30 de novembro e agora os senadores querem ouvir Marcos Magalhães, ex-dono do Banco Nacional, instituição que enfrentou dificuldades e foi vendida ao Unibanco.

Durante a crise, o Banco Central assumiu o Nacional dentro do Proer, investiu R\$ 5,8 bilhões na instituição e a vendeu imediatamente ao Unibanco. A CPI quer ainda ouvir Pedro Moreira Sales, dirigente do Unibanco.

O senador Jader Barbalho (PMDB-



PA) decidiu incluir o Proer entre os fatos sob investigação porque o sistema financeiro continuava frágil no primeiro trimestre deste ano, apesar dos gastos de R\$ 20 bilhões no plano de reestruturação bancária.

Nos três primeiros meses do ano, o Banco Central ainda foi obrigado a liquidar ou intervir em várias instituições financeiras.

A CPI decidirá até a próxima semana se convoca os dois inspetores do Banco Central cujos depoimentos à Polícia Federal contêm contradições com o que foi dito por autoridades do BC tanto à CPI quanto à própria polícia sobre o caso Marka-FonteCindam.

Tebet promete rigor na apuração de denúncias

A CPI que investiga denúncias de irregularidades no Poder Judiciário vai apurar com o rigor necessário as denúncias do juiz assassinado Leopoldino Marques do Amaral contra o Tribunal de Justiça de Mato Grosso. A promessa foi feita ontem pelo presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), ao chegar ontem a Brasília depois de passar dois dias em Cuiabá (MT).

A comitiva da CPI do Judiciário, que esteve em Cuiabá desde a noite da segunda-feira, chegou à tarde a Brasília. Além de Tebet, participaram dos trabalhos em Cuiabá o vice-presidente Carlos Wilson (sem partido-PE), o relator Paulo Souto (PFL-BA) e os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Maguito Vilela (PMDB-GO) e Amir Lando (PMDB-RO).

Nos dois dias de trabalho em Cui-

bá, a comitiva da CPI conversou com representantes da sociedade e recolheu diversos documentos, que serão analisados detalhadamente pelos senadores e assessores da comissão. Ramez Tebet testemunhou que a população de Mato Grosso está indignada, pedindo a apuração das denúncias contra o Tribunal de Justiça do estado e a elucidação do assassinato do juiz Leopoldino Marques do Amaral.

O senador informou que no último compromisso da CPI em Cuiabá, a visita ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso, todos os desembargadores disseram estar dispostos a colaborar com os trabalhos da comissão. O ex-presidente do tribunal, Ernani Vieira de Souza, entregou documentos aos senadores, visando facilitar as investigações.



Plenário adia votação de projeto que torna pública consulta ao Siafi

A requerimento dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF), Sérgio Machado (PSDB-CE) e Hugo Napoleão (PFL-PI), o plenário do Senado decidiu ontem adiar a votação do projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que assegura ao cidadão o direito de acessar o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e outros dados referentes à gestão financeira, orçamentária e patrimonial da União, estados, Distrito Federal e municípios.

A matéria vai agora ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, e Dutra apelou para que isso não seja apenas uma manobra protelatória das lideranças do governo. Ao defender o adiamento, Hugo Napoleão defendeu um reexame do projeto, visto ser amplo o espectro das bases de dados a serem colocadas à disposição do público.

Ele lembrou que os governos estaduais e municipais precisarão de tempo



José Eduardo Dutra apelou para que retorno da proposta à CAE não seja protelação

para adequar-se tecnologicamente a fim de colocar esses dados à disposição do público. Também observou que hoje a capacidade de acesso a essas informações é bem limitada para comportar a demanda que será gerada com a aprovação desse projeto de lei. "Não nego que o público deve participar das atividades públicas, mas esse sistema precisa

CAE ouve Covas e pede novo parecer ao Banco Central

À exceção do relator, senadores que falaram na reunião apoiaram pretensão paulista de elevar seu endividamento mediante empréstimo do Bird

As explicações dadas ontem pelo governador de São Paulo, Mário Covas, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) convenceram os senadores presentes à reunião de que o estado tem direito a aumentar seu endividamento por meio da contratação de empréstimos junto ao Banco Mundial (Bird). Apenas o relator da matéria, senador Osmar Dias (PSDB-PR), questionou o pedido para novos endividamentos, argumentando que os limites impostos pela Resolução 78 do Senado ficariam prejudicados.

Os acordos negociados têm valor de US\$ 55 milhões (implantação de microbacias hidrográficas e zoneamento agrícola) e US\$ 45 milhões (interligação do metrô com trens suburbanos).

A vinda de Covas foi acertada depois que o Banco Central devolveu ao governo paulista a solicitação de autorização para a contratação dos dois



Na reunião presidida por Suassuna, Covas dá explicações sobre São Paulo

empréstimos, com base nas restrições previstas na Resolução 78 do Senado.

Na reunião da CAE, o líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), transmitiu aos membros da CAE a garantia de que o presidente Fernando Henrique Cardoso e o mi-

nistro da Fazenda, Pedro Malan, concordavam com os empréstimos.

O presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), informou ao final da reunião que pedirá ao BC que envie parecer sobre matéria, que, após parecer de Osmar Dias, irá a votação.

Secretária defende empréstimo para área social

A secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência, Vanda Engel Aduan, fez um apelo aos senadores para que aprove um empréstimo de US\$ 250 milhões junto ao Bird, destinado ao atendimento de cerca de 860 mil crianças carentes que se dedicam a trabalho penoso. Vanda Aduan compareceu ontem à primeira reunião da subcomissão permanente para o acompanhamento e investigação de casos de exploração do trabalho e prostituição infanto-juvenil.

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) salientou que a subcomissão, presidida por ela, fará todos os esforços

visando garantir os recursos previstos no orçamento do próximo ano para a área social.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou ser importante a aprovação do empréstimo e o aumento das verbas orçamentárias, mas disse que o fundamental é "que não se desviem mais recursos do orçamento".

Participaram ainda do debate as



Vanda Aduan (E), observada pelas senadoras Marluce Pinto e Heloísa Helena, depõe na subcomissão

senadoras Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e Emilia Fernandes (PDT-RS) e o senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

CAS aprecia de novo proposta sobre demissão por justa causa

Previsto para ser votado ontem, o projeto que acelera a tramitação dos processos que envolvem empregados demitidos por justa causa voltará ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A decisão do plenário foi tomada em razão de requerimento apresentado pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), relator da matéria na própria CAS, que defendeu um parecer favorável à iniciativa.

De autoria do deputado Paulo Paim (PT-RS), o projeto estabelece que esses processos têm prioridade para julgamento e que as audiências de conciliação e julgamento devem ocorrer, no máximo, 30 dias depois do

ajuizamento da ação. O objetivo do projeto é coibir o excesso de demissões por justa causa, mecanismo de rescisão de contrato que vem sendo fraudado por empregadores para desobrigarem-se do pagamento de encargos trabalhistas.

CONCESSÕES

O Senado renovou concessões outorgadas a uma emissora de rádio e a uma de TV. Foram beneficiadas a Rádio Televisão de Uberlândia Ltda., para explorar serviço de TV na cidade de Uberlândia (MG); e a Fundação São José do Paraíso, para explorar serviço de rádio em onda média, na cidade de Paraisópolis (MG).

CAS aprova programa de distribuição de pão e leite

Programa de Complementação Alimentar a Famílias Carentes, que ainda depende de votação pelo plenário, destina cesta básica para famílias com renda mensal inferior a meio salário mínimo (R\$ 68,00)

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), aprovou, ontem, em turno suplementar, substitutivo ao projeto de lei que institui o Programa de Complementação Alimentar a Famílias Carentes (Proalimentar). O projeto, que estabelece a distribuição de cestas básicas para famílias com renda mensal inferior a meio salário mínimo (R\$ 68,00), será apreciado pelo plenário.

O autor do projeto é o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) e o relator, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que apresentou substitutivo. Durante a discussão da matéria, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) elogiou a proposta, afirmando que vários estados e municípios já adotaram programas semelhantes com sucesso. Ele citou o programa de cestas básicas promovido por Maguito Vilela quando este era governador de Goiás.



Maguito Vilela é autor do substitutivo acolhido pela CAS

Pelo substitutivo aprovado na CAS, haverá ainda, no Proalimentar, distribuição de pão e leite para as famílias carentes que tiverem crianças entre seis meses e seis anos de idade e também para gestantes e nutrízes. O programa deverá ser regulamentado pelo Executivo no prazo de 120 dias após a publicação da lei, período em que o governo deverá fixar os recursos necessários para sua execução.

Na mesma reunião, a CAS aprovou projeto de lei terminativo, do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que cria o Conselho Federal do Leiloeiro Público Oficial e os respectivos conselhos regionais. O projeto também dispõe sobre a regulamentação dessa profissão e teve parecer favorável do relator, senador Djalma Bessa (PFL-BA). Osmar Dias informou que a matéria retornará à CAS para ser votada em turno suplementar.

Produtos que incitam à violência deverão ter selo de advertência

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que cria um selo de advertência nas embalagens de brinquedos, fogos de artifício, roupas, filmes, revistas ou qualquer produto que, de alguma maneira, possa desenvolver atitudes de caráter nocivo ao comportamento social por parte dos seus usuários. O selo de advertência deverá conter a frase "este produto incentiva a violência". A matéria teve parecer favorável da relato-



Jucá condena a diversão perigosa para os jovens

ra, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

Romero Jucá argumentou, ao apresentar seu projeto, que a violência tem crescido muito no país, graças, em grande parte, à propaganda e à venda maciça de produtos que, aparentemente, se destinam à diversão e ao lazer. Esses produtos, acrescentou, "trazem um potencial enorme de incitação a atos nocivos ao comportamento social, principalmente porque são dirigidos a crianças e adolescentes".

Rótulo estimulará consumidor a devolver baterias após o uso

Os rótulos das embalagens de pilhas comuns e alcalinas, de baterias para automóveis, telefones celulares, equipamentos eletrônicos e de quaisquer outras baterias eletroquímicas deverão advertir o consumidor de que esses produtos contêm substâncias tóxicas e que, após o seu uso, terão de ser devolvidos ao fabricante ou revendedor para fins de reciclagem, reprocessamento e correta armazenagem. Esse é o teor do substitutivo aprovado ontem, em turno suplementar, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria ainda será votada pelo plenário.

O projeto é de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e teve como

relator o senador Luiz Pontes (PSDB-CE). A proposição exige ainda que a publicidade daqueles produtos esclareça o consumidor sobre os riscos à saúde e ao meio ambiente decorrentes da destinação inadequada do produto, sobre os cuidados com o seu manuseio e sobre a importância de sua devolução aos revendedores e fabricantes. Os infratores das normas sobre rotulagem, veiculação de publicidade e comercialização de pilhas e baterias estarão sujeitos a sanções que vão da suspensão da publicidade até a multa de R\$ 8 mil, que poderá ser cobrada em dobro em caso de reincidência.

Centro de pesquisa poderá controlar plantas medicinais

O Brasil poderá ter uma instituição para pesquisa das plantas medicinais. Projeto de autoria do senador Freitas Neto (PFL-PI) criando o Centro Nacional para Estudos, Conservação e Manejo das Plantas Medicinais Brasileiras, foi aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Sociais. De acordo com a proposta, relatada favoravelmente pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP), a instituição, vinculada ao Ibama, teria a finalidade de propor normas relativas ao controle do uso das plantas medicinais, fomentar estudos sobre o tema e promover o manejo e a conservação dos espécimes da flora brasileira.

— A flora brasileira, caracterizada pela elevada diversidade e representada em diversos ecossistemas, há muito vem sofrendo processo de destruição. Além disso, a comercialização ilegal de plantas nativas tem contribuído para o empobrecimento da diversidade vegetal — esclarece Freitas Neto, ao justificar a necessidade de se criar o centro de estudos.

Para o relator da matéria, cabe ao governo interferir no assunto para evitar que os recursos vegetais estejam sujeitos apenas a valores econômicos. "O Estado brasileiro não pode ficar impassível diante da depredação de seus recursos florestais", argumenta Gilvam.

Situação do FGTS será discutida em audiência pública

Autoridades da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Conselho Curador do FGTS deverão comparecer à CAS para audiência pública com os senadores, com o fim de prestar esclarecimentos sobre a gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A comissão aprovou ontem parecer do senador Romero Jucá (PSDB-RR) solicitando a audiência pública.

O senador disse que o objetivo é examinar a situação financeira do fundo e também como está sendo feita sua administração. Por esse motivo, o senador sugeriu o adiamento da votação de dois projetos que estão tramitando na comissão. Esses projetos dispõem sobre a utilização dos recursos do FGTS para pagamento de mensalidades escolares do trabalhador e para a constituição de microempresas. As matérias deverão retornar à pauta de votação após a audiência pública.



A CAS aprovou relatório de José Alencar recomendando que documento com denúncias seja encaminhado às autoridades federais, para providências

Denunciadas irregularidades no comércio de medicamentos

Distribuição de medicamentos falsos na rede hospitalar pública e privada, comercialização ilegal desses produtos (muitos com a validade vencida) e a prática, também ilegal, da venda de medicamentos por farmacêuticos, que os receitam no lugar dos médicos: essas irregularidades foram comprovadas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, cujo relatório final foi encaminhado ao Senado por meio de um ofício aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O relator da matéria na CAS, senador José Alencar (PMDB-MG), deu seu parecer recomendando que o documento seja encaminhado às autoridades federais. "O assunto é muito importante e merece atenção das autoridades, pois descobriu-se que a falsificação dos medicamentos, objeto da investigação da CPI, era apenas um detalhe, pois há muito mais irregularidades com a distribuição de medicamentos."

Segundo o senador de Minas Gerais, a CPI ouviu 61 depoimentos e realizou 16 reuniões, tendo examinado 21 documentos. Entre as irregularidades descobertas, destacam-se a venda de amostras grátis, desvios e roubos de medicamentos distribuídos pela rede pública, problemas com armazenagem e estocagem dos medicamentos, venda de produtos com data vencida e o exercício ilegal da medicina pelos farmacêuticos, a chamada "empurroterapia".

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) disse que, como médico, tem conhecimento de várias dessas irregularidades em todo o país e não só em Minas, como apurou a CPI. Segundo o senador, há farmacêuticos que empurram os medicamentos para o consumidor e ganham um bônus da farmácia caso consigam vender os produtos. Citou o caso de uma

farmácia onde havia até mesmo um farmacêutico "especializado" em receitar medicamentos para crianças.

O senador Tião Viana (PT-SP), também médico, disse que esses problemas com medicamentos são as maiores transgressões éticas que se praticam no país. "E o poder público faz vistas grossas para tudo isso", criticou. Ele sugeriu que José Alencar leve o seu parecer, com os resultados da CPI, diretamente ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

O presidente da CAS, senador Osmar Dias (PSDB-PR), disse que existe também a "empurroterapia" no setor agrícola, para forçar a venda de produtos agrotóxicos destinados a combater pragas nas plantações. E o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) afirmou que o problema da comercialização de medicamentos é grave e merece ser a "bandeira" da CAS.

Na mesma reunião, a CAS aprovou parecer do senador Ernandes Amorim (PPB-RO) sobre encaminhamento, ao Congresso, da cópia da decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito de auditoria realizada no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) no período de

29 de julho a 02 de agosto de 1996. Na auditoria, o TCU apontou problemas como deficiência de recursos humanos e financeiros no DNPM, ausência de equipamentos e meios de transporte adequados à região amazônica, atividades clandestinas na lavra de minérios e ausência de adequada integração entre o DNPM com prefeituras e órgãos ambientais.

O senador Ernandes Amorim recomendou, em seu parecer, que o assunto seja encaminhado às comissões de Fiscalização e Controle, de Serviços de Infra-Estrutura e de Assuntos Econômicos.

Vendas de amostras grátis, falsificação, desvios e roubos na rede pública são algumas das irregularidades apontadas

Rede pública de TV será tema de debate em subcomissão

A Subcomissão de Rádio e TV aprovou ontem requerimento do seu presidente, senador Pedro Simon (PMDB-RS), solicitando a realização de audiência pública para debater a Rede Pública de Televisão (RPTV), no próximo dia 29. Os expositores serão o presidente da TV Cultura de São Paulo, Jorge da Cunha Lima, e o presidente da TVE do Rio de Janeiro, Mauro Garcia.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) aplaudiu a iniciativa. Para ela, as emissoras comerciais se unem na veiculação de uma programação que "tende a massificar a população e a achar o nível cultural dos telespectadores".

Também foram aprovados os nomes dos senadores que deverão ser indicados para suplentes da subcomissão. Os indicados são: Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Tião Viana (PT-AC), pelo Bloco Oposição; Lúcio Alcântara (CE) e Álvaro Dias (PR), do PSDB; Eduardo Siqueira Campos (TO) e Hugo Napoleão (PI) do PFL, Maguito Vilela (GO) e Ramez Tebet (MS), pelo PMDB.

Por meio de acordo entre a presidên-

cia e os membros da subcomissão, ficou acertado que os senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e Geraldo Cândido (PT-RJ), farão requerimento, convidando o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, e o presidente da Associação Brasileira de Rádio e Comunicação (Abraco) para realizarem palestras sobre as rádios e TVs comunitárias.

Camata denunciou que, aproveitando-se da falta de uma legislação específica para o setor, "os juízes estão dando rádios comunitárias de batelada neste país". Por sua vez, Geraldo Cândido (PT-RJ) também criticou a ação da Associação Nacional de Telecomunicações (Anatel) e da Polícia Federal, "lacrando rádios arbitrariamente".

Simon determinou o envio de correspondência ao secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori, que informou à Comissão de Educação, no primeiro semestre, ter estabelecido um prazo - vencido há dois dias - para que os responsáveis pelas emissoras de televisão encaminhassem propostas para elaboração de um código de ética.



Simon cobrará de Gregori código de ética para TVs

Quintanilha pede ação enérgica contra milícias de Timor Leste

Dizendo que as milícias armadas estão se organizando para fazer frente às forças de paz enviadas a Timor Leste, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) pediu ontem à Organização das Nações Unidas que tome providências enérgicas. "É necessário impedir que essas milícias continuem perpetrando crimes contra a Humanidade. É preciso que decisões urgentes e firmes sejam adotadas pelas nações que integram a ONU", pregou o parlamentar.

O senador lamentou o sofrimento enfrentado pelo povo de Timor Leste em sua luta pela autonomia e independência. "Ninguém, em sã consciência, pode ficar inerte ao sofrimento daquela gen-



Leomar Quintanilha lamentou morte de crianças e idosos

te, e como não reagir a esse clamor, quando milhares de pessoas, inclusive crianças, mulheres e idosos, são trucidadas barbaramente, numa ação que fere e mancha de sangue o Tratado dos Direitos Humanos?", questionou.

Segundo Leomar Quintanilha, "ideal não se abate a tiros, baioneta não interrompe um sonho, canhões não calam a esperança". O senador também louvou o fato de o Brasil enviar tropas para lutar pelo restabelecimento da paz naquele território. Na presidência da sessão, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) associou-se às preocupações de Quintanilha.

CCJ acolhe projeto que cria linha oficial de pobreza

Segundo a proposta, que será apreciada em plenário, governo terá de traçar metas para a diminuição das desigualdades sociais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que institui a linha oficial de pobreza. De acordo com a proposta, o governo deverá traçar metas para erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades sociais. O projeto, que ainda terá de ser votado pelo plenário, deve também ser examinado pela Comissão Mista Especial para Erradicação da Pobreza.

Os senadores Bello Parga (PFL-MA) e Edison Lobão (PFL-MA) votaram contra o parecer do senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Em voto em separado, Parga opinou pela inconstitucionalidade da proposta. Para ele, "o projeto invade a prerrogativa de que dispõe o Poder Executivo de elaborar as suas diretrizes de atuação, ao predeterminar que a política proposta de definição da linha de pobreza oriente a elaboração dos planos previstos na Constituição".

Para Suplicy, o relator já havia solucionado o problema, ao propor emenda determinando que "o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento Anual e os planos e programas nacionais incluam a erradicação da pobreza como uma de suas metas". No texto original, Suplicy determinava que a linha oficial de pobreza deveria orientar a elaboração desses planos.

Também causou polêmica o artigo



Na justificativa do projeto aprovado pela comissão, Suplicy lembra que erradicação da miséria é um dos objetivos fundamentais do país

segundo o qual o presidente da República "deverá", em sua posse, "estabelecer metas nacionais e regionais de progressiva erradicação da pobreza". A CCJ aprovou emenda do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que troca a expressão "deverá estabelecer" por "estabelecerá".

Embora não constasse de seu voto em separado, Bello Parga opôs-se também à determinação do projeto de que a linha oficial de pobreza seja calculada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entidades vinculadas ao governo federal. A comissão aprovou emenda do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que transfere a incumbência do cálculo para o "órgão competente".

Na justificativa do projeto, Suplicy lembrou que a erradicação da pobreza e da marginalização é um dos objetivos fundamentais do país, segundo a Constituição. Em seu relatório, Tebet recordou que o país "tem sido reiteradamente apontado por organismos internacionais como um dos campeões em desigualdades sociais".

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) - designado relator *ad hoc* em substituição a Tebet, que cumpria missão oficial do Senado Federal em Mato Grosso - não viu inconstitucionalidade no projeto. Também discutiram a proposta os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Pedro Simon (PMDB-RS), Romero Jucá (PSDB-RR) e José Fogaça (PMDB-RS).

Questões ligadas a corretores serão julgadas pela Justiça comum

As questões referentes ao exercício da profissão de corretor de imóveis, quando resultantes de contratos de prestação de serviços autônomos regidos pela lei civil ou comercial, serão de competência da Justiça comum. É o que determina projeto de lei do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM). Atualmente, essas questões são julgadas pela Justiça do Trabalho.

Tuma esclarece, na justificativa, que a proposta "tem por finalidade encerrar um período de nebulosidade que sempre conduziu a debates e interpretações equivocadas, no tocante à efetiva natureza jurídica da prestação de serviços dos corretores de imóveis autônomos". A matéria foi aprovada em caráter terminativo e segue para apreciação pela Câmara dos Deputados, caso não haja recurso de pelo menos nove senadores.



Antonio Levenhagen e Ives Gandra acompanharam a reunião ao lado do presidente da CCJ, senador José Agripino

Aprovadas indicações de novos ministros do TST

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem duas indicações para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Antonio José de Barros Levenhagen, juiz do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Campinas, vai ocupar a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Ermes Pedrassani.

A outra vaga, que surgiu após a aposentadoria da ministra Cneá Moreira, será ocupada - após aprovação da indicação pela CCJ - por Ives Gandra Martins Filho. As indicações foram relatadas, respectivamente, pelos senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Edison Lobão (PFL-MA), e serão agora apreciadas pelo plenário do Senado.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h55 - Senado em Pauta
7h - Saúde Todo Dia - Squash
7h30 - Especial Unip - Endoscopia digestiva
7h55 - Senado em Pauta
8h - Jornal do Senado
8h25 - Senado em Pauta
8h30 - Entrevista - Senador Leomar Quintanilha fala sobre projeto de esterilização de pit bulls
8h55 - Senado em Pauta
9h - Debate - O senador Sebastião Rocha e o

pneumologista Laércio Valença falam sobre a relação entre câncer de pulmão e o tabagismo
10h - Sessão Plenária (ao vivo)
14h - Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza (ao vivo)
20h30 - Entrevista - O senador Leomar Quintanilha fala sobre projeto de esterilização de pit bulls
21h - Jornal do Senado
21h25 - Senado em Pauta
21h30 - Debate - O senador Sebastião Rocha e o pneumologista Laércio Valença falam sobre a relação entre câncer de pulmão e o tabagismo
22h30 - Sessão Plenária (ao vivo)

Alcântara aponta os males causados pela globalização

Senador mostra relatórios de organismos internacionais que indicam prejuízos sociais e econômicos para os países mais pobres

Os relatórios anuais da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), do Banco Mundial e da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), "instituições insuspeitas", como ressaltou ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), com pequenas diferenças apontaram para os efeitos sociais adversos resultantes das políticas econômicas tipicamente globalizantes.

Na avaliação do senador, a abertura comercial, a redução da força dos Estados nacionais e a reestruturação dos sistemas de produção e de empre-



Alcântara: número de miseráveis só tem aumentado

go foram particularmente adversas para os países subdesenvolvidos, que registraram um aprofundamento das desigualdades sociais e da concentração de renda, com aumento da miséria, da doença e da marginalização.

De acordo com Lúcio Alcântara, os relatórios revelam que esses importantes organismos se deram conta de que "seu re-
ceituário não teve os efeitos desejados" e estão revisando seus principais conceitos. "Isto tudo é um sinal de alarme", enfatizou.

Entre os indicadores mais relevan-

tes contidos nos relatórios, o senador destacou que, entre 1987 e 1999, o número de pessoas no mundo que sobrevivem com menos de um dólar por dia aumentou de 1,2 bilhão para 1,5 bilhão.

Alcântara disse que o Brasil fez um enorme esforço para adotar as reformas preconizadas pelos organismos multilaterais, mas que, em troca, teve e tem suas exportações prejudicadas pelo protecionismo que caracteriza a política comercial dos Estados Unidos e dos países europeus.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) concordou que "a hora é de reflexão profunda para a classe política", que deve se decidir entre "a subserviência ou o amor pelo Brasil".

Jefferson cita exemplos na redução de desigualdades

Ao constatar que, quando se discutem temas como a concentração de renda no Brasil, os debates geralmente se limitam aos efeitos e não às causas das desigualdades sociais, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que, assim que o tema voltar a ser debatido, devem ser levadas em consideração as experiências de países como Taiwan e Coréia do Sul. Ele listou sete fatores que podem explicar por que estes dois países conseguiram crescer a uma média de 10% ao ano entre 1960 e 1985, descentralizando a renda, enquanto o Brasil não teve o mesmo êxito.

O primeiro fator citado pelo senador foi a realização da reforma agrária e a criação de uma classe média rural. Dessa forma, os dois países evitaram que massas de excluídos, como ocorre no Brasil, migrassem para as cidades, criando um cinturão periférico de miséria.

A estabilidade monetária foi o segundo ponto abordado. Jefferson lembrou que entre 1960 e 1985 o Brasil detinha uma inflação de dois, três e até quatro dígitos, enquanto Taiwan e Coréia do Sul, por adotarem uma política monetária rigorosa, mantiveram uma média de inflação de nível europeu. A universalização da educação foi o terceiro ponto citado pelo senador:

— Nos dois países o Estado investiu forte e pesadamente na educação. Logo nos primeiros anos erradicaram o analfabetismo e hoje exibem núme-



Jefferson enumerou pontos que levaram países a crescer

ros que nos fazem morrer de inveja. A Coréia do Sul tem mais percentual de Ph.Ds do que os Estados Unidos. Um total de 95% da população coreana na faixa etária de 15 a 17 anos está cursando o segundo grau. Eu preciso dizer qual foi o comportamento do Estado brasileiro? — indagou Jefferson Péres.

O quarto ponto levantado pelo senador foi a manutenção, tanto pela Coréia do Sul quanto por Taiwan, dos juros baixos, mas positivos. Os juros foram ao mesmo tempo estimuladores dos investimentos, porque eram baixos, e estimuladores da poupança, porque eram sempre superiores à inflação. A baixa carga tributária nos dois países, que é inferior a 20%, enquanto no Brasil ultrapassa 30%, foi o quinto item citado por Jefferson Péres.

A valorização do capital nacional também foi incluída por Jefferson Péres como diferencial da Coréia do Sul e Taiwan em relação ao Brasil. Enquanto as estatais brasileiras foram privatizadas com financiamento e subsídio de um banco estatal, o BNDES, nos países asiáticos criaram-se empresas de nível internacional, como Samsung, Daewo e Hyundai. O último fator levantado pelo senador foi a extroversão econômica — o privilégio às exportações sem escancarar as portas para as importações.

Eduardo vê solução para relator do PPA

Comentando os pronunciamentos feitos na terça-feira pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e pelo líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) disse ontem que o problema da indicação do relator do Plano Plurianual encaminha-se para uma solução. "Sem nenhuma espécie de recuo, desenha-



Eduardo disse que Jader tem o respeito do PFL

se uma saída que permita o cumprimento do Regimento e o atendimento dos interesses do PMDB", comentou, pela liderança do PFL.

Segundo o senador, ao contrário do "embate sangrento" em torno da relatoria

do PPA, "previsto por muitos", predominou no debate entre Jader e Antonio Carlos a responsabilidade com relação ao Legislativo e às prerrogativas desse poder em matéria orçamentária.

O senador ressaltou ainda a importância dos dois líderes, disse que Jader "é merecedor do respeito do PFL" e tem todos os qualificativos para exercer a função e registrou a expectativa de que "ninguém dê um passo atrás, mas tenha a tranqüilidade de encontrar uma solução".

Luzia rebate acusações contra governador do ES

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) rebateu ontem acusações de irregularidades na movimentação da conta de campanha eleitoral do governador do Espírito Santo, José Ignácio Ferreira (PSDB), publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

Segundo a reportagem, José Ignácio teria obtido empréstimo pessoal, no Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), no valor de R\$ 2,6 milhões, para cobrir o saldo negativo da conta de campanha, montante este posteriormente quitado através de depósitos efetuados por duas empresas paulistas, com recursos de um novo empréstimo junto ao Banestes, da ordem de R\$ 2,84 milhões.

Segundo Luzia, a operação financeira realizada através do Banestes foi inteiramente legal. "Os doadores de campanha podem fazer depósitos após a campanha, desde que tenham sido registradas na prestação de contas ao TRE, o



Luzia: operação realizada pelo Banestes é legal

que foi comprovadamente feito. O tribunal aprovou, por unanimidade, as contas de campanha do governador."

A senadora afirmou que homens sérios como José Ignácio dedicam-se ao enfrentamento da dificuldade, enquanto outros conspiram. "O pior é que uma certa imprensa nacional costuma abrigar em suas páginas, sem o necessário cuidado, a lamentável produção desses fabricantes de boatos e intrigas."

O pronunciamento de Luzia Toledo motivou a partes de senadores como Gilvam Borges (PMDB-AP), Jefferson Péres (PDT-AM), Leomar Quintanilha (PPB-TO) e Osmar Dias (PSDB-PR), que, como colegas de Senado de José Ignácio na legislatura anterior, atestaram sua idoneidade e honestidade. "Não conheço os fatos, mas conheço o governador e sei que jamais poderia cometer qualquer tipo de ilícito", garantiu Osmar Dias.

Hartung: atos de Ignácio causaram a saída do PSDB

O senador Paulo Hartung (sem partido-ES) disse ontem que possíveis irregularidades na gestão dos recursos do Banestes provocaram a sua saída do PSDB. Segundo ele, as acusações contra o governador do Espírito Santo, José Ignácio Ferreira, sobre desvio de recursos do banco estadual para cobrir despesas de campanha, não são um tema político, mas sim moral, e precisam ser devidamente esclarecidas e investigadas. "Por isso saí do PSDB", afirmou.

Hartung frisou que a decisão foi difícil, mas que não admitia transigir com assuntos de natureza ética. "Saí com o coração partido por deixar no PSDB correligionários que me são muito caros, mas não podemos transigir com a ética. O importante é não ser omisso nem covinente."

O senador Roberto Requião (PMDB-



Hartung: impossível transigir com assuntos éticos

PR) elogiou o desabafo e sintetizou a posição política adotada por Hartung, colocando a consciência em primeiro lugar, um projeto nacional em segundo e o partido em terceiro. "A fidelidade partidária só é possível quando o partido se amolda aos interesses do país", resumiu. Requião disse esperar que Hartung opte pelo PMDB.

Roberto Freire (PPS-PE)

afirmou entender a emoção de passar pela necessidade de mudar, pois a experimentou quando ocorreu a polêmica interna no PCB (Partido Comunista Brasileiro) sobre a mudança do nome do partido para PPS (Partido Popular Socialista). O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) assinalou a seriedade com que Hartung desenvolve o trabalho como parlamentar desde quando foram colegas na Câmara dos Deputados.

"Mais apoio às microempresas"

Além de sancionar o novo Estatuto da Microempresa, recentemente aprovado pelo Senado Federal, o governo poderia incrementar as políticas de crédito. A sugestão é do senador Paulo Hartung, ao analisar o avanço representado pelo estatuto para a economia brasileira e lembrar que o crédito de longo prazo utilizado na compra de equipamentos não

chega aos microempresários.

— Ao instituir este novo estatuto para micro e pequenas empresas, o Congresso Nacional proporciona ao país mais um importante instrumento para o seu desenvolvimento econômico e social, especialmente em um momento no qual a geração de emprego e de divisas se coloca como desafio e prioridade inadiável — ressaltou Paulo Hartung.